

DISCUSSÃO DE TEMAS SOBRE AVALIAÇÃO

manifestação de pesquisadores e avaliadores

Grupo 1 - Tema

Conteúdo dos testes educacionais - que é essencial aferir? É possível aferir habilidades cognitivas do aluno de modo a se ter indicações sobre a formação de conceitos, o estabelecimento de relações, a verificação de hipóteses, etc. na área de disciplinas do 1º e 2º graus?

É possível aferir habilidades cognitivas através de testes sem que necessariamente se torne a apuração de resultados difícil e onerosa?

Quais as tendências, atualmente, na construção e na validação de provas de desempenho dos alunos de 1º e 2º graus nas disciplinas do currículo?

Agrupamos a conclusão de nosso trabalho em quatro itens que correspondem, respectivamente, às quatro questões constantes do tema em estudo:

1. É necessário aferir as aprendizagens realizadas pelos alunos, incluindo aquisição de informações e formas inteligentes de trabalhar com elas.

Isso supõe levantamento de conteúdos básicos de forma adequada ao contexto dos agentes da relação pedagógica. Entende-se por conteúdos básicos

aqueles desencadeadores de aprendizagens significativas e relevantes que desenvolvam habilidades compatíveis com o desenvolvimento cognitivo.

2. Além de possível, é necessário e premente aferir habilidades cognitivas do aluno.

Demanda, porém, conhecimento teórico das diversas habilidades, levantamento de indicadores, de suas manifestações, além de domínio da tecnologia de elaboração de instrumentos de medida.

3. É possível aferir habilidades cognitivas e não seria oneroso se houvesse, para medida do rendimento em sala de aula, professores devidamente habilitados e capazes de elaborar e aplicar testes, apurar e analisar estatística e pedagogicamente seus resultados.

Não havendo essa condição, o processo torna-se oneroso em vista da necessidade de capacitação de grande parte dos profissionais da educação.

Já no que diz respeito à avaliação institucional com a finalidade de prover políticas educacionais, o processo de verificação das habilidades cognitivas é possível e naturalmente oneroso como toda pesquisa de grande porte. Essa onerosidade, logicamente, é acrescida pela exigência de suporte por parte de equipes especializadas em medidas e avaliação.

4. As tendências são diversificadas partindo da pura e simples eliminação de qualquer tipo de prova em favor da promoção automática até a preocupação com avaliações sistemáticas de diferentes modalidades.

Em sala de aula, buscaram-se formas alternativas como, por exemplo, os pareceres descritivos utilizados na rede municipal de Porto Alegre em substituição às provas tradicionais para informar a respeito do processo de alfabetização.

Já no campo da avaliação institucional há preocupações evidentes com processo mais abrangente de avaliação.

Este Encontro apresentou uma amostragem dessas preocupações que culminam com desenvolvimento de projetos avaliativos, aqui relatados pelos Estados de Minas Gerais, Pernambuco e São Paulo, bem como instituições privadas, como é o caso do SENAI-SP ora envolvido em pesquisas que possam aferir a qualidade de seu trabalho.

Ocupamos-nos especificamente das habilidades cognitivas para atender as propostas do tema, mas não quer dizer com isso que não se tenha discutido o desenvolvimento do aluno em termos mais amplos, envolvendo conquistas no terreno afetivo, dos níveis mais simples aos mais amplos, chegando até mesmo a um nível de moralidade fundada em valores universais.

Aliás, quando as habilidades cognitivas são conquistadas interrelacionadas com objetivos afetivos, a sensibilização do aluno o leva a conquistas de habilidades cognitivas mais complexas, mais generalizantes.

Assim, vemos o desenvolvimento das habilidades cognitivas como base da formação do cidadão, preocupação esta demonstrada na abertura deste Encontro.

EQUIPE

Lúcia Monteiro Fernandes	- UFRJ
Luiz Pasquali	- UNB
Maria Helena C. Klein	- UFRGS
Maria Inês Pestana	- INEP
Maria de Lourdes Bittencourt	- INEP/COPES
Maria do Socorro Taurino Brito	- SENAI/SP
Maria Teresinha de J. Castilhos	- UFRJ e USU

Grupo 2 - Tema

O contexto em que se realiza o ensino e a aprendizagem - variáveis a identificar e aferir.

Para a pesquisa e para melhor compreender o desempenho do aluno em provas educacionais, assim como o do sistema escolar, quais as variáveis a aferir no que se refere ao aluno, ao professor, ao currículo, à prática pedagógica e, em geral, ao contexto da escola?

Numa tentativa de introdução à análise do tema escolhido, vemos a necessidade de explicitar alguns pressupostos teórico-metodológicos que sustentem tal análise, norteados por posturas e conclusões.

Nesse sentido, destacamos as seguintes considerações:

1. São critérios universalmente aceitos de avaliação: a utilidade, a viabilidade, a exatidão e a propriedade.

O conceito de avaliação evoluiu nos últimos 100 anos passando por vários significados: mensuração, descrição, julgamento e negociação.

Dois tipos de juízo na avaliação são componentes essenciais: o mérito e a relevância. O primeiro se refere principalmente à qualidade interna do próprio objeto - foco de análise e o segundo às suas implicações educacionais e sociais, tratando-se do caso "rendimento escolar", por exemplo.

Tendo em vista tais considerações, objeto de discussão noutra oportunidade, pelas limitações de espaço e tempo, propomos o que segue:

— Qualquer projeto ou processo de avaliação deve envolver todos os interessados nos seus resultados. Esse envolvimento é facilitador de seu melhor aproveitamento.

– Interessados e envolvidos devem ser amplamente informados sobre o sentido e a finalidade do projeto em questão, utilizando-se para isso linguagem apropriada às várias instâncias de poder e execução.

– As preocupações, as indagações e os interesses de cada grupo ou representação de envolvidos devem ser captados para se assegurar uma avaliação que seja sensível aos aspectos de mérito e relevância em cada situação.

– Os objetivos e propósitos da educação têm várias dimensões dependendo do escopo de cada instância, no caso nacional, estadual, municipal e escola sobretudo tratando-se do rendimento escolar.

– O conhecimento dos propósitos em cada instância e a observação das diferentes práticas vão sugerir variáveis e indicadores de contexto e que melhor expliquem os resultados.

– Numa abordagem mais contemporânea, em linha com a evolução do conceito de avaliação, é preciso levantar as questões avaliativas "responsivamente" ou seja, ouvindo e respeitando as legítimas preocupações dos envolvidos e interessados, facilitando mecanismos de co-participação tanto na escolha de questões como de procedimentos e interpretação de resultados.

– Contudo, levando em conta pesquisas, estudos vários e a prática educacional, algumas variáveis sobressaem nessa análise preliminar e são as que entendemos precisam ser consideradas quando o foco de avaliação é o "desempenho do aluno em provas educacionais", como no caso em questão.

Assim, com referência ao **aluno** e à **família** especificamente estão as experiências de vida, nível sócio-econômico e cultural, as motivações em relação à escola e aprendizagem em geral, as expectativas ou projetos de vida etc. Com relação ao **professor**, idem quanto às condições sócio-econômicas e culturais, mas também sua autoestima, sua valorização, a competência profissional, a disponibilidade para mudança, suas concepções e seus métodos de avaliação, suas preocupações sobre o Projeto em si e seu interesse na co-participação, sobretudo no que diz respeito à utilização dos resultados para a melhoria da qualidade de ensino-aprendizagem e de vida.

Com relação ao **currículo** e à **prática pedagógica**, vale considerar a estrutura do sistema, ênfases dadas a determinados conteúdos e práticas adequadas às respectivas realidades sócio-educativas, modalidades de ensino, tipos de atividades de aprendizagem - individual e grupal - presença de elementos mais particularizados e próprios de cada cultura, familiaridade com a avaliação, verdades e mitos. Com relação à **comunidade**, mais especialmente o município, ter em conta os problemas de solução prioritária, os recursos disponíveis, a iniciativa na busca de soluções e recursos, as relações de poder, as possibilidades de trabalho e as expectativas com relação à escola, e à educação, a vontade política, entre outras.

Falar de particularidades, indicadores ou variáveis contextuais não exclui as concepções universais. É preservar a unidade na diversidade. Nesse sentido,

os projetos centrais podem acontecer desde que respeitem as particularidades dos diferentes contextos, quer seja para a elaboração e execução do próprio projeto como para sua interpretação e utilização.

Finalmente, mas não exaustivamente, recomendamos que todo empreendimento avaliativo partindo de órgão central seja paralelamente substanciado pela formação do avaliador nas várias instâncias educacionais para permitir que haja sempre interlocução negociação e flexibilidade no entendimento e no melhor aproveitamento do potencial da avaliação.

Em suma, pelo exposto, optamos por destacar princípios e linhas norteadoras mais gerais, ao invés de apontar para uma listagem exaustiva de variáveis, entendendo que tal seria uma abordagem mais útil, nessa primeira fase dos trabalhos.

EQUIPE:

Maria Polenz	- INEP
Luiza Massac Uema	- INEP
Lúcia Rolla Sena	- Inst. de R. Humanos João Pinheiro
Nilson José Machado	- USP/Faculdade de Educação
Miriam Pereira	- INEP
Thereza Penna Firme (relatora)	- UFRJ/Faculdade de Educação
Letícia Barcelos de Oliveira	- SENEB/MEC

Grupo 3 - Tema

É possível identificar através dos resultados de pesquisas etnográficas sobre a prática pedagógica e sobre o ambiente escolar, variáveis relevantes para a pesquisa quantitativa sobre o desempenho dos alunos do 1^a e 2^a graus, assim como para avaliar o sistema educacional?

O grupo respondeu **sim**, no entanto, este **sim** foi condicionado a algumas premissas:

1. Para o grupo não existe dicotomia entre pesquisa quantitativa e qualitativa, no sentido que esta última pode suscitar descobertas em contextos mais amplos e por sua vez estas descobertas necessitam de análise mais aprofundada. Assim, pode-se partir do MICRO para o MACRO e vice-versa.

2. Nesse sentido, a possibilidade de, através da pesquisa etnográfica sobre a prática pedagógica e o ambiente escolar, identificar variáveis relevantes para a pesquisa quantitativa está condicionado a esta visão do pesquisador, ou seja, ele deve trabalhar em duas vias de análises: todo tempo ele deve estar

preocupado com aspectos contextuais que devem ser comprovados num contexto maior, sem no entanto perder de vista a importância do significado.

3. Outro condicionante levantado foi o da necessidade do pesquisador considerar como prática pedagógica e ambiente escolar, não só a relação docente-aluno na promoção do desempenho escolar, mas todo contexto que permeia a relação: proposta pedagógica, gestão do trabalho educativo, relações dentro da escola, relações da escola com órgãos centrais, papel do aluno, papel do professor, articulação da escola com a comunidade.

4. Outro aspecto abordado referiu-se à idéia de que a pesquisa etnográfica não pode estar relacionada apenas a estudos de populações minoritárias (primitivas, marginalizadas) ou a conotações partidário-ideológicas.

5. Considerou-se também que a pesquisa etnográfica é específica para uma análise do processo, exigindo estudos longitudinais e pesquisadores preparados.

Assim, nossa sugestão é:

Criar um sistema de avaliação que:

a) zele pela redução de dicotomias entre pesquisas quantitativa e qualitativa, pois isso só reforça a separação entre subjetividade X objetividade, processo e produto, etc;

b) forme pesquisadores competentes nas duas vertentes quantitativa e qualitativa;

c) forme pessoas habilitadas em elaborar instrumentos fidedignos e válidos para avaliação do desempenho escolar (entendido aqui não só como conhecimento do conteúdo do currículo, mas das relações desse conteúdo na escola);

d) sistematize e integre pesquisas já reduzidas (nas duas vertentes), verificando pontos de integração, de ligação, de visões;

e) pesquise, julgue e negocie ações para melhoria da prática educativa.

Finalizando, considerou-se que no Brasil já existe um corpo de pesquisas etnográficas que aponta determinadas variáveis que são importantes para o desempenho dos alunos de 1º e 2º graus. No entanto, é preciso considerar como transpor essas variáveis apontadas para uma pesquisa quantitativa uma vez que elas resultaram de uma análise qualitativa.

EQUIPE:

Zélia Maria Monteiro H. da Silva	- UFPE
Lais Levi Buarque	- UFPE
Áurea Fucks Dreifuss	- IRHJP
Jane Hudson de Abranches	- INEP
Rosana Stocker Campus Clímaco	- INEP
Leilah Bormann Zero	- INEP
Mayara Sumy Tapia	- SENEb
Léa Depresbiteres	- SENAI/SP

Grupo 4 - Tema

Como estruturar e como consolidar um sistema nacional de aferição de desempenho de alunos de 1^o e 2^o graus de tal modo a servir a tomada de decisões nas instâncias: estadual, municipal, escolar e individual?

Como estimular o aproveitamento dos resultados, dos diagnósticos e das pesquisas produzidas através do sistema nacional de aferição no sentido de:

- a) tomada de decisões sobre o aluno/sobre o sistema educacional;**
- b) produzir análises quantitativas por pesquisadores de instituições diversas?**

Inicialmente, foi reconhecido pelo grupo a necessidade de uma disseminação das práticas de avaliação a nível nacional, com vistas ao aprimoramento do ensino e à maior eficiência do sistema educacional nos seus vários níveis, inclusive nas instituições de 3^o grau.

Houve uma grande dificuldade, na concepção do grupo, em configurar a idéia de um **sistema nacional**, por refletir uma dimensão supostamente uniforme, o que impediria abranger a diversidade das situações a nível nacional, considerando o aspecto multifacetado do quadro da escola brasileira e da variedade das culturas regionais. Além do mais, pareceu ao grupo, que a instituição de um sistema nacional de aferição escolar entraria em choque com as tendências que vêm caracterizando a educação brasileira no presente momento, nos vários sistemas educacionais a nível estadual e municipal. Ou seja, a idéia de um sistema educacional descentralizado e de uma escola autônoma do ponto de vista pedagógico, administrativo e financeiro entra, inevitavelmente, em conflito com um sistema que, por sua natureza nacional, será concentrador e, assim, subverterá o espírito de autonomia que preside a nova filosofia da gestão escolar.

Apesar desse posicionamento, o grupo reconheceu a necessidade da constituição de órgãos regionais, ligados a instituições públicas ou privadas, que deveriam ter entre seus objetivos a incumbência de assessorar as instituições de 1^o e 2^o graus na prática da avaliação educacional, de promover a realização de pesquisas de avaliação a fim de subsidiar a escola e os órgãos centrais da educação com elementos de informação para a prática do processo decisório, e, ainda, que fossem órgãos que, utilizando a massa crítica das universidades locais e de centros de pesquisas oficiais e privados ora existentes, desenvolvessem recursos humanos capazes de um trabalho adequado às diversas necessidades regionais. Isso daria autonomia às entidades da Federação, que desenvolveriam o seu próprio sistema de avaliação de acordo com a realidade de sua cultura e a adequação às suas necessidades.

Ao grupo de discussão pareceu que deva existir um órgão gerador de idéias provocativas (INEP, talvez), que sirva de elemento catalizador das várias experiências de avaliação regional, que seriam estimuladas, possivelmente financiadas e divulgadas a nível nacional entre as instituições de ensino. Tudo

isso poderia gerar um **know how** a nível nacional, que ainda não possuímos, e criar uma cultura da avaliação, que ainda não existe.

O assunto apresentado ao grupo 4 merece uma reflexão profunda e detalhada por parte da comunidade, a fim de evitar que uma idéia extremamente generosa - a da prática constante da avaliação, com levantamento de informações relevantes a serem disseminadas - não se concretize por falta de bases institucionais e, sobretudo, em virtude da carência de recursos humanos qualificados.

O grupo indagou durante os seus trabalhos a quem se destinariam as pesquisas de avaliação educacional e concluiu que o destinatário principal é o professor, seguido dos elementos responsáveis pelo desenvolvimento do processo educacional - supervisores, diretores e administradores. Concluiu, então, que para estimular o aproveitamento dos resultados, dos diagnósticos e das pesquisas é preciso que os estudos incidam sobre assuntos de relevância para as atividades do professor e na solução dos seus problemas, sem prejuízo das pesquisas básicas e dos estudos de ponta para a criação de novos conhecimentos. O grupo também considerou que, ao lado de relatórios técnicos, elaborados segundo os rigores da metodologia, os resultados sejam apresentados em uma linguagem que traduza as vivências de educadores e administradores, para que possam identificar o cerne das questões e instrumentalizá-las em proveito do processo educacional.

Ao concluir, o grupo, resumindo suas discussões, encareceu:

1. a necessidade de estimular experiências regionais de avaliação com vistas a torná-las uma prática comum ao sistema educacional;
2. a importância da constituição de órgãos regionais públicos e privados para a realização de estudos e pesquisas de avaliação;
3. a imperiosidade, a curto e médio prazo, de desenvolverem-se recursos humanos qualificados para a prática da avaliação a nível regional;
4. a divulgação - via INEP - das várias experiências ora em desenvolvimento, a fim de que diferentes trabalhos, com abordagens diferenciadas, possam ser analisados e usados, depois de adaptados às condições regionais.

O grupo, ao finalizar, reiterou a idéia de que, criados centros regionais de avaliação e desenvolvidas competências técnicas em estudos docimológicos, seja possível, então, a médio prazo, a coexistência de um sistema nacional e de sistemas regionais, a exemplo do que ocorreu com o **National Assessment of the Educational Progress (NAEP)**, nos Estados Unidos.

EQUIPE

- | | |
|----------------------------|-------------------------------|
| - Ana Lúcia Antunes | - SEE de Minas Gerais |
| - Antonio Carelli | - USP - Faculdade de Educação |
| - Clarice Amaral | - SENEb - MEC |
| - Heraldo Marelim Vianna | - FCC - São Paulo |
| - Maria Leda Porto | - IRHJP - Belo Horizonte |
| - Maria Mazzarello Azevedo | - UNB - Brasília |

Grupo 5 - Tema

Como estimular a formação de pessoal especializado em diversas regiões do País de modo a desenvolver e manter um sistema educacional? Como organizar e manter núcleos de produção de material e de pesquisa, como forma de desenvolver e consolidar um sistema de aferição do desempenho dos alunos do sistema educacional?

Como resposta às indagações ao Grupo 5, algumas sugestões estão sendo encaminhadas a este plenário para serem discutidas e melhoradas.

Numa primeira etapa, sugerimos um programa de conscientização e estimulação, envolvendo os diversos agentes do processo de avaliação, com desdobramento em ações de animação cultural como produção de pequenos textos em vídeo e em folhetos, com divulgação através da mídia; organização de "workshops" envolvendo prefeitos, secretários de educação, associações de pais, etc. complementarmente, sugere-se a organização de seminários regionais ou locais com a participação de técnicos das secretarias e dos órgãos municipais de educação, professores etc, onde seriam discutidos temas específicos, tais como, o problema da repetência, da evasão, da aprendizagem e outros provocados pelos próprios participantes.

Uma segunda vertente seria o levantamento do potencial existente por estado, através do mapeamento de recursos humanos na área de avaliação educacional ou com interesse nessa área e de experiências já vivenciadas. Esse levantamento deverá identificar grupos e pessoas interessadas na área de forma articulada permitir atender as necessidades de formação de recursos humanos em níveis diferenciados, como cursos de extensão, especialização, mestrado e doutorado. Sugere-se, ainda, reuniões regionais e nacionais com especialistas na área com intuito de divulgar, discutir e analisar questões pertinentes de avaliação educacional, possibilitando um maior intercâmbio entre os mesmos.

Como ação complementar teríamos a criação de um núcleo de informação em nível nacional, possivelmente localizado e coordenado pelo INEP, levando em consideração os bancos de dados educacionais já existentes nas diversas instituições do país. Esse núcleo seria organizado de forma a possibilitar ligação remota com os diversos grupos de pesquisa, secretarias de educação e outras instituições com interesse na área em todos os estados da federação, ensejando consultas e alimentação do banco de dados.

Espera-se que o INEP funcione como indutor maior das ações aqui preconizadas. Espera-se, ainda, que o INEP, a partir da sua capacidade

de articulação, principalmente junto às fontes de financiamento, formule um programa de trabalho com a colaboração dos especialistas da área.

EQUIPE:

Afda M. Monteiro Silva
Anna Lourdes L. V. Tani
Beatriz Alves Feltosa
Bernardete Gatti
João Batista F. G. Neto
Nicolino Trompieri Filho
Ramon Villar Paisal
Roberto Cláudio F. Bezerra

- UFPE
- INEP/COPEs
- INEP/SAEB
- FCC
- UFC
- UFC
- Inst. João Pinheiro
- UFC